

AÇÕES VIRTUOSAS EM ARISTÓTELES E O VALOR DAS AÇÕES EM KANT

VIRTUOUS ACTIONS IN ARISTOTLE AND THE VALUE OF ACTIONS IN KANT

Marina Leal Barão¹

Resumo: O valor moral das ações é entendido de diferentes maneiras por grandes filósofos ao longo do tempo. Esse artigo tratará sobre como o valor moral das ações é entendido por dois dos grandes filósofos da história: Aristóteles e Immanuel Kant. Em Aristóteles as disposições para agir, sejam elas virtuosas ou viciosas, desempenham um papel central na sua teoria, em Kant é o respeito à lei moral o cerne da sua teoria. Será abordada as perspectivas éticas aristotélicas e kantianas a partir da *Ethica Nicomachea*² e da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes (GMS)*³. O objetivo não é qualificar suas teorias éticas, apenas apontar algumas diferenças e simetrias no pensamento de Aristóteles e Kant sobre o valor moral das ações.

Palavras-chaves: valor moral; dever; disposições, virtude moral, razão;

Abstract: The moral value of actions is understood in different ways by great philosophers over time. This article will deal with how the moral value of actions is understood by two of the great philosophers of history: Aristotle and Immanuel Kant. In Aristotle dispositions to act, whether virtuous or vicious, play a central role in his theory, in Kant it is respect for the moral law at the heart of his theory. Aristotelian and Kantian ethical perspectives will be approached from the *Ethica Nicomachea* and the *Foundation of the Metaphysics of Morals (GMS)*. The objective is not to qualify their ethical theories, just to point out some differences and symmetries in the thinking of Aristotle and Kant on the moral value of actions.

Keywords: moral value; duty; dispositions, moral virtue, reason;

Introdução

É importante enfatizar que Aristóteles e Kant viveram em períodos distintos no tempo, por isso, evidentemente suas teorias e perspectivas diferem, assim como os seus termos e conceitos. Em Aristóteles temos, por exemplo, o termo ações virtuosas e em Kant o termo usado para qualificar ações é valor moral. Contudo, há um ponto em comum entre as suas compreensões morais e ele precisa ser enfatizado, o elo entre duas abordagens tão distintas é a razão e o agir racionalmente como o caminho para indivíduos tornarem-se seres moralmente bons. Enquanto em Aristóteles a virtude moral nos indivíduos é desenvolvida pelas disposições e através do hábito de fazer repetidamente ações virtuosas, em Kant, uma ação

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas. Email: marinabarao@live.com

² Todas as citações diretas da EN são da tradução de Marco Zingano, quando tratar-se de trecho do Tratado da Virtude Moral (I 13 a III 8). Quando a citação não estiver dentro desse tratado, usa-se a tradução em língua inglesa de Irwin (1999).

³ GMS é a sigla em alemão para Grundlegung zur Metaphysik der Sitten, no português, Fundamentação da Metafísica dos Costumes.

que possui valor moral é aquela realizada por dever. Mas, em ambos os casos, tanto no agir virtuosamente ou no agir por dever os indivíduos precisam estar fazendo uso da sua racionalidade prática. Em Aristóteles agindo a partir da deliberação do agente e das suas escolhas deliberadas e em Kant através do agir por dever, onde suas máximas sejam fundadas no imperativo categórico, suas ações respeitem à lei moral e sejam possíveis de serem universalizadas. Sendo assim, para fins de clareza, o presente texto é dividido em três partes: *i.* o entendimento aristotélico sobre ações virtuosas; *ii.* a compreensão kantiana sobre o valor das ações de seres racionais sensíveis; *iii.* o uso da razão como base para a construção da moralidade em Aristóteles e Kant.

Virtude moral e ações virtuosas na *Ethica Nicomachea*

A base de toda a construção ética aristotélica está consolidada na ideia de virtude, ao definir a *eudaimonia* no livro I 6 1098a16-18 e em I 13 1102a5-6, Aristóteles a trata como uma atividade da alma que está em consonância com a virtude. Podemos perceber isso ao analisar a estrutura da *Ethica Nicomachea*, onde Aristóteles associa a *eudaimonia* à virtude e depois analisa as virtudes morais⁴ e intelectuais⁵. Nosso foco é nas virtudes morais e em como se dá o valor de ações virtuosas. Além disso, entender o papel das virtudes em uma ética eudaimonista como é a ética aristotélica é crucial para que se possa almejar o alcance do bem comum e da autossuficiência de uma *pólis*, tendo em vista que cada indivíduo, sejam eles cidadãos, legisladores ou magistrados, contribuem para o bem comum através do desenvolvimento das suas virtudes e da busca pelo bem. É nítido que no *corpus aristotélicum* o desenvolvimento ético de seres racionais é a base de comunidades políticas autossuficientes, portanto, é claro que essa abordagem ético-política não pode não ser mencionada.

O que é o bem de cada coisa? Não é aquilo em vista do qual o agente faz as outras coisas? Ora, isso é, na medicina, a saúde; na arte da guerra, a vitória; na arte da construção, a casa; em tal coisa, tal outra: em toda ação e escolha deliberada, o fim. Todos, pois, fazemos as outras coisas em vista disso. (EN 1097a18-22).

⁴ Abordadas nos livros I-13, II, III, IV e V. No entanto, vale enfatizar que em I-13 e II-1 há uma distinção entre virtudes morais e intelectuais. Uma outra distinção entre virtude natural e virtude própria é feita em VI-13. Nessa distinção de VI-13 é onde Aristóteles faz a ligação entre virtude moral e prudência, que apesar de ser uma virtude intelectual também faz parte da moralidade, pois a associação entre virtude moral e prudência formam a virtude própria.

⁵ Abordada por Aristóteles no livro VI da *Ethica Nicomachea*.

A união das virtudes morais e intelectuais formam a virtude própria e sinalizam um caminho a ser percorrido para que o indivíduo se torne bom e contribua através do exercício da sua virtude para o bem viver. Esse caminho consiste no desenvolvimento de bons hábitos e no desenvolvimento de uma boa educação moral, onde seja possível construir um caráter virtuoso, pois sem alcançar a virtude jamais alcançaremos a *eudaimonia*.

No entanto, é necessário desvendar como Aristóteles chegou a tais conclusões. Para isso, é preciso entender como podemos desenvolver a virtude moral e como nossas ações virtuosas possuem valor moral para o filósofo. Na perspectiva aristotélica a virtude moral é desenvolvida através do hábito, “adquirimos as virtudes tendo-as primeiramente exercitado, assim como as outras artes – o que é preciso aprender para fazer, isto aprendemos fazendo” (*Ethica Nicomachea*, 1103a 31-33) uma disposição a agir bem em conformidade com a razão e principalmente, enraizada nela. Essa disposição para agir bem⁶ é solidificada na mediedade, o que é o meio termo entre dois extremos, mas não só isso, a mediedade é singular e diferente para cada indivíduo, por isso ela é relacionada a cada ser (cf. *Ethica Nicomachea* 1106a 31) Para Hobuss (2006, p. 24) “a virtude visa o meio entre o excesso e a falta, e este meio não deve ser tomado de forma absoluta, como o *meio da coisa*, mas deve ser entendido como um *meio relativo a nós*”. Torna-se claro, então, que o uso adequado da racionalidade prática do indivíduo é necessário para que ele possa entender as circunstâncias da ação e os motivos para agir para só então encontrar a sua própria justa medida.

Essa engrenagem da ética aristotélica demonstra a estrutura do seu próprio projeto ético e da sua base, as virtudes. Contudo, a virtude não é submissa somente a felicidade de cada indivíduo, há uma dimensão comunitária da virtude que deve ser explicada, pois ela serve como uma atualização da vida política, dado que sem indivíduos virtuosos e sem o desenvolvimento da virtude moral fundada na reta razão a estrutura política da *pólis* fica comprometida. “Toda a cidade é uma certa forma de comunidade e que toda a comunidade é constituída com vista de algum bem” (Política, 1252a 1-3). A virtude de um indivíduo gera consequências boas ao âmbito político e social, assim como os vícios geram consequências ruins e causam um impacto negativo nas comunidades políticas.

Assim sendo, a virtude é entendida por Aristóteles (*Ethica Nicomachea*, 1114b 27-30) como a mediedade relativa a nós, como uma disposição propiciada pela reta razão, mas que ainda assim depende da decisão voluntária do indivíduo. A virtude ocorre na prática, em

⁶ Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes (GMS)* de Kant as disposições ou inclinações para agir não possuem importância quando se trata de valor moral das ações, veremos a seguir.

ações voluntárias que estão em consonância com a virtude, a qual o agente moral, reflete, delibera e realiza a ação, como um fim em si mesmo. Essa deliberação ocorre pelo fim determinado pela razão. Para os casos em que não há tempo para deliberação o hábito de agir bem ou mal deve predominar e conduzir a ação do indivíduo.

No entanto, não se pode deliberar sobre assuntos que não exijam tal deliberação, “não há escolha deliberada de objetos impossíveis e, se alguém declarasse escolher deliberadamente coisas impossíveis, pareceria insano, ao passo que há querer de objetos impossíveis (por exemplo: a imortalidade)” (*Ethica Nicomachea*, 1111b, 20-22) a deliberação ocorre quando há a existência de exceções à regra, quando há algo indeterminado, sobre algo que não é universal, quando as consequências não são conhecidas. Ela exige que o indivíduo pondere antes de agir, pois assim estará agindo virtuosamente.⁷ Deliberar sobre fatos já consumados e determinados não é deliberação, é cumprimento à regra e a lei.⁸

A escolha deliberada parece ser mais própria a virtude e mais apta a discriminar o caráter do que as ações. A escolha deliberada é voluntária⁹, pois ela só acontece após a deliberação e a deliberação exige que o indivíduo possua conhecimento das circunstâncias. Escolher deliberadamente é sobre aquilo que conduz ao fim, e “parece dizer respeito àquelas coisas que estão em nosso poder” (*Ethica Nicomachea*, 1111b 30-31) Essa escolha deliberada é manifestamente voluntária, mas nem todo voluntário é objeto de escolha deliberada (cf. *Ethica Nicomachea*, 1112a 13-15), pois ela é acompanhada de pensamento e reflexão. Apenas deliberamos sobre as coisas que estão em nosso poder, cada indivíduo é capaz de deliberar sobre aquilo que pode ser feito por ele mesmo (*Ethica Nicomachea*, 1112a 34-35). A deliberação diz respeito às coisas que ocorrem no mais das vezes, mas que não sabemos qual seu fim, deliberar não é sobre os fins, mas sobre aquilo que nos conduz ao fim. (cf. *Ethica Nicomachea*, 1112b12-13)

O homem que delibera parece investigar e analisar os aspectos e o contexto da ação para então agir. O fim de uma ação é o objeto de querer e as coisas que conduzem ao fim são

⁷ “A figura do equitativo (*epieikes*), o juiz, aquele que possui a equidade (*epieikeia*), que deve atuar quando a generalidade da lei não dá resposta para determinados casos particulares: “Delineando os requerimentos da equidade, aprendemos algo sobre requerimentos mais gerais de uma leitura sensível e justa das circunstâncias (...)” (Sherman, 1989, p. 13-14). O equitativo atua, então, como um corretivo da lei geral, que por sua generalidade não alcança a totalidade dos casos particulares e das circunstâncias relacionadas.” (Hobuss, 2015)

⁸ Essa noção de cumprimento à lei moral baseado no dever está presente na ética kantiana.

⁹ “as ações e as disposições não são voluntárias do mesmo modo, com efeito, de um lado, somos senhores das nossas ações do início ao fim, desde que conhecedores das circunstâncias; de outro, somos senhores do início das disposições, mas o acréscimo caso a caso não é distinguível [...]. Porque, porém, estava em nosso poder nos servir assim ou não assim, por esta razão são voluntárias.” (*Ethica Nicomachea*, III 8 1114b 30-1115a).

objeto de deliberação e de escolha deliberada, as ações que concernem a elas são voluntárias e realizadas por escolha deliberada. “dado que o objeto de escolha deliberada é o objeto de desejo deliberado do que está em nosso poder, a escolha deliberada será, então, o desejo deliberativo do que está em nosso poder” (*Ethica Nicomachea*, III 3 1113a 9). O objeto de querer do homem virtuoso vai ser sempre o bem segundo a verdade, pois a verdade se manifesta a ele. No entanto, o bem não é o objeto de querer, porque alguns podem escolher o mal, isso ocorre porque o objeto de querer não existe por natureza.

Na ética aristotélica a avaliação moral e o valor moral das ações ocorrem por meio da escolha deliberada, quando o indivíduo pondera ao exercer a deliberação, antes de escolher, ele está avaliando a situação e quando avalia a situação e age em conformidade com a virtude, então a sua ação possui valor moral, é considerada virtuosa. Da perspectiva da virtude moral a escolha deliberada é essencial, tanto que o valor moral da ação é dado não somente pelo que é feito, mas pela deliberação de como fazer. O indivíduo virtuoso é aquele que sabe deliberar bem. Geralmente o agente da ação possui opções alternativas para agir, sendo que o agente só deliberará sobre um possível curso de ação se tiver mais de um curso possível e ele perceber isso, ou seja, para aqueles casos onde a lei não se aplica.

A deliberação e a escolha deliberada necessitam que o agente possua opções alternativas, pois a deliberação precisa de opções distintas para poder deliberar, percebemos isso no livro III 7 da *Ethica Nicomachea* onde Aristóteles afirma:

“naquelas coisas em que o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o não está em nosso poder; também está o *sim*, de sorte que, se está em nosso poder agir, quando é belo, também o não agir estará em nosso poder, quando é desonroso, e se o não agir, quando é belo, está em nosso poder, também estará em nosso poder agir, quando é desonroso. Se está em nosso poder fazer as coisas belas e as desonrosas, e similarmente o não fazer, e se é isto sermos bons e sermos maus, está em nosso poder, por conseguinte, sermos equitáveis e sermos maus.” (*Ethica Nicomachea*, 1113b 7-14)

No entanto, para os agentes agirem não basta que eles tenham opções alternativas, também precisam estar cientes de que possuem opções. É necessário que acreditem que o agir bem, assim como o não agir está em seu poder. Aristóteles entende que, em geral, os agentes estão cientes das opções alternativas e em geral as consideram parte de sua deliberação. Pelo

menos os agentes reflexivos creem que a sua deliberação é um fator determinante para a realização da ação, e ainda possuem noção de que a sua deliberação é um fator causal necessário que determina a ação que ele irá realizar.

A existência de opções alternativas e a consciência dos agentes sobre essas alternativas não implica que os agentes são causalmente indeterminados. O agente e as circunstâncias que ele se encontra são fatores causais suficientes para provocar a ação. “se alguém pratica as ações pelas quais se tornará injusto, não ignorando, ele é voluntariamente injusto.” (*Ethica Nicomachea*, 1113a 13-14). Por meio da deliberação os agentes se tornam um fator causal absolutamente decisivo das ações e das consequências diretas dela. Além do mais, é através da deliberação e da escolha deliberada que o valor moral da ação é conferido.

A relação entre deliberação e escolha ocorre porque os objetos de escolha são tirados do mesmo conjunto de coisas que os objetos de deliberação, ou seja, daquelas coisas que estão em nosso alcance. A escolha é fruto da deliberação, porque o objeto de escolha em algum momento foi objeto de deliberação. Antes de escolher o modo como agir o indivíduo refletiu e deliberou sobre suas possibilidades de agir. “o fim não é objeto de deliberação, mas aquelas coisas que conduzem aos fins.” (*Ethica Nicomachea*, 1112b 34-35). Contudo, deve-se deixar claro que o objeto de escolha não é o mesmo que o objeto de deliberação. Um objeto de deliberação se torna um objeto de escolha através do julgamento e do poder de escolha do agente e, se essa escolha para agir for virtuosa, então a ação possui valor moral, mesmo que uma ação isolada não determine o caráter¹⁰ do indivíduo.

A escolha não é o ato de decidir entre alternativas, nem uma faculdade para escolha ou decisão causalmente indeterminada. A escolha é causada por uma cooperação de dois fatores causais, emitidos a partir de duas partes diferentes da alma do agente. Os dois juntos formam a origem e a causa eficiente da escolha. Eles são a razão e o desejo e a escolha é a causa eficiente e a origem da ação. A parte desejante é responsável por contrariar a escolha¹¹, mas a escolha para o bem é um aspecto moral da escolha. Se as disposições de caráter dos agentes fazem com que os agentes tenham certo tipo de desejo direcionado por objetivos, então o querer é o ponto de partida da sua deliberação. A parte desejante de um indivíduo é como a sua disposição para agir, tanto pode ser boa quanto ruim, por isso a necessidade de deliberação, para que a razão regule um possível desejo ruim do agente.

¹⁰ Há uma discussão sobre a existência de traços de caráter na ética aristotélica (ver Hobuss, 2013, Aristóteles e a possibilidade da mudança de caráter, que não cabe ser tratada aqui, dado a delimitação da temática desse texto.)

¹¹Nos casos onde há fricção interna no agente.

É por isso que a deliberação está relacionada com a escolha sobre qual a melhor ação e qual a mais necessária em determinados casos, ou seja, em casos específicos não definidos, é o desenvolvimento da compreensão de qual a melhor meio para o alcance de um fim.

Em uma ciência prática como a ética o princípio é o próprio indivíduo como agente moral da ação, onde o fim é o próprio homem e seu desenvolvimento político, social e moral. A ciência prática, ou *práxis*, está sempre associada ao agente, a sua escolha deliberada e a sua vontade consciente e reflexiva. Por isso é nítido o entendimento de que a filosofia política e ética de Aristóteles estão concentradas no âmbito das ciências práticas, porque estão baseadas na própria razão humana, o homem é o próprio agente da ação, é ele, através da razão, da sua deliberação e escolha deliberada que produzirá uma ação com valor moral ou não, atualizando as suas disposições para agir através do hábito de agir virtuosamente ou viciosamente.

Agir por dever é o que confere valor moral as ações na teoria moral kantiana

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* é a fundamentação de uma ética que procura apresentar leis e fundamentá-las independente da experiência. A *Fundamentação* é a parte inicial do projeto de uma metafísica dos costumes, onde uma das investigações principais da obra é sobre o motivo de agir moralmente e, o que seria, uma ação que possui valor moral. Dentro da filosofia moral kantiana o valor moral da ação se dá a partir da realização da ação movida única e exclusivamente pelo dever. Contudo, algumas consequências surgem quando se afirma que só há valor moral em uma ação se não há nenhuma inclinação ou desejo que a mova. (cf. Herman, 1993, p. 01) Bons motivos para agir não conferem valores morais para a ação, porque, para Kant, o agente pode estar buscando algum tipo de reconhecimento. O mesmo acontece em casos onde o indivíduo fica ressentido ou arrependido depois de ter agido de maneira moralmente errada. Para Kant, os motivos que levaram a realização da ação não conferem valor moral a ação em si. Uma ação só será moralmente boa se o indivíduo agir puramente por dever.

O valor moral de uma ação é muito claro na *Fundamentação*, ele só existe se a ação é feita por dever, a ação precisa estar fundada no imperativo categórico¹² não em uma noção abstrata de bondade humana. Kant não desconsidera a virtude moral e as disposições para

¹² “Portanto, o imperativo categórico é um único apenas e, na verdade, este: age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal. (GMS, 420, p. 215),

agir, trata sobre elas na *Doutrina da Virtude*, por exemplo, mas entende, conforme aponta Barbara Herman (1993, p. 03), que se existem boas disposições para agir elas se manifestarão nas ações movidas por dever, contudo, para Kant, não deve ser o motivo da ação o que configura algum tipo de valor moral, mas unicamente a realização da ação por puro respeito à lei moral.

“Algumas propriedades são até favoráveis a essa boa vontade e podem facilitar muito sua obra, contudo não têm qualquer valor intrínseco incondicional, mas pressupõem sempre ainda uma boa vontade, que restringe, aliás, com razão, a alta estima em que são tidas e não permit tê-las como absolutamente boas” (GMS, 393, 394, p. 103)

A questão que surge inicialmente acaba sendo até mesmo óbvia: qual a distinção entre as ações de um bom agente moral (do virtuoso na ética aristotélica) daquele que executa as suas ações por dever? Se Kant responde que o que confere valor é somente o motivo do dever sozinho, essa resposta por si só já pode ser considerada insuficiente para alguns estudiosos. Contudo, deve-se levar em conta que Kant, ao introduzir o conceito de valor moral na primeira definição de dever, ainda na primeira seção da *Fundamentação* em GMS 397, p.115, trata sobre uma vontade boa, a boa vontade é irrestritamente boa, sendo boa somente por causa da sua vontade sem possuir nenhuma outra intenção.

Mas, como agir puramente por dever em casos onde há uma boa vontade? A boa vontade¹³ não é o que move a ação, mas apenas um aspecto secundário, o aspecto primário do valor moral da ação é agir por dever, se há uma boa vontade secundária da ação, ela aparecerá. Diferentemente da ética aristotélica que o valor moral é dado pelo *meio*, ou seja, em como a ação é realizada, na ética kantiana o valor moral é dado pelo *fim*, por fazer o certo pelo motivo certo.

Na teoria kantiana há uma diferença substancial entre agir por dever e agir em conformidade com o dever. Agir por dever é agir por puro respeito à lei moral, agir conforme o dever significa que há algo que motivou a ação que não somente o dever, pode ser uma boa vontade, por exemplo. Claramente, em Kant, a noção que confere valor moral à ação é aquela ação realizada por dever e não em conformidade com o dever. Para Barbara Herman (1993, capítulo 1) a questão é: porque esses motivos por trás da ação não conferem valor moral a

¹³ A boa vontade pode ser entendida como a disposição para agir virtuosamente na *Ethica Nicomachea*.

ação se elas acabam sendo obedientes à lei? Se analisarmos os exemplos kantianos podemos encontrar algum tipo de pista para entender como Kant pensa que o valor moral de uma ação é conferido.

No exemplo do comerciante honesto que não quer enganar os seus clientes, independente de qual seja o motivo pelo qual age honestamente, seja porque ele compreende que agir honestamente é moralmente correto ou porque enganar pode ser visto como desonesto e isso pode prejudicar o seu negócio. Nesse exemplo pode-se entender melhor a diferença entre a ação obediente ao dever e a ação que possui outras motivações pessoais para que a ação conforme ao dever ocorra. Quando se age por dever, se age assim porque é assim que o dever exige que se haja, porque agir honestamente é moralmente correto. Mas, quando se age com algum tipo de auto-interesse, se faz por outro motivo que não por puro respeito ao dever. Agir assim não é moralmente errado, mas também não é moralmente louvável. Apenas fazer o que o dever requer possui importância moral, porque, se o indivíduo age por algum interesse pessoal, mesmo que fazendo o que o dever exige, em algum dado momento o seu interesse pessoal pode não ser compatível com o dever.

Outro exemplo é o da simpatia, onde uma pessoa ajuda as outras por uma inclinação imediata, o indivíduo ajuda porque é isso que ele quer fazer, ajudar, nessa situação, não significa que seja um simples meio para outro fim. Para Kant, na GMS 398, p. 119, há espíritos de um temperamento tão simpático que, sem qualquer motivo, vaidade ou interesse próprio, encontram um prazer interior em espalhar a felicidade ao seu redor. Contudo, se levar em conta o exemplo do comerciante, a confiabilidade do motivo pode ser questionada. Já que o indivíduo pode sim estar agindo com um interesse próprio e velado. Mas, caso não esteja agindo sem nenhum interesse próprio, segundo Kant, agir genuinamente querendo ajudar outras pessoas também não confere valor moral, por mais amável e louvável que isso seja, isso porquê em GMS 398, p. 119, Kant afirma que as inclinações do indivíduo para agir podem coincidem com a lei moral, ou seja, podem estar em conformidade com o dever, mas ainda assim, não são feitas por dever. O indivíduo que age conforme ao dever, onde suas inclinações para agir coincidem com o que é de proveito geral, merecem ser louvados e incentivados, contudo, não merecem a mais alta estima, dado que falta o teor moral a máxima, pois as ações são feitas por inclinação e não por dever.

Barbara Herman explica (1993, p. 05) que quando o indivíduo age de inclinação imediata, como ajudar alguém, por exemplo, ele não está refletindo se a sua ação é

moralmente correta e necessária ou não. É por esse motivo que a ação movida por qualquer tipo de inclinação, mesmo que considerada boa como a simpatia e a vontade de ajudar outros, não é diferente do caso do comerciante que estava agindo com base em algum tipo de auto-interesse. O que torna o exemplo do comerciante e o da simpatia similares do ponto de vista da moral kantiana é que, em ambos os casos, o agente da ação não age por dever. Ele pode até estar agindo bem, agindo honestamente ou ajudando pessoas, mas não estão agindo assim porque ser honesto e ajudar pessoas é máxima universalizável, mas agem de maneira considerada boa porque o comerciante possui interesse em manter o seu negócio e o simpático porque possui intrínseco em si, o desejo de ajudar. Mas, reforçando, não porquê ser honesto e ajudar os outros sejam, para eles, máximas universalizáveis. Para Kant, não há conteúdo moral em ações que não sejam feitas por dever.

A partir desses exemplos morais Kant pode ser interpretado como um filósofo que rejeita as emoções como sendo motivos morais para agir, porque para Kant, ações boas movidas por inclinação não são imparciais e apenas coincidem com o dever moral. Quando o comerciante age honestamente visando o lucro mas acaba fazendo o que teria um valor moral se fosse feito por dever, isso não significa nada além mera sorte ou coincidência, e até pode ser considerado uma boa ação, mas ela ainda assim não possuirá valor moral nenhum, segundo a leitura de Barbara Herman. Somente a ação desprovida de qualquer interesse pessoal ou inclinação natural, ou seja, aquela ação realizada por dever, por puro respeito à lei moral é que possui um valor moral dentro da ética kantiana. Kant pensa sua teoria moral nesses moldes porque ele entende que agir por dever não é uma preocupação do agente, pois ou ele está com algum tipo de interesse próprio ou está sendo inclinado a agir de tal modo pelos seus instintos naturais, o que demonstra uma certa despreocupação do agente com a moralidade da ação.

É preciso salientar que as leis e instituições sociais pretendem regular as ações humanas e as conduzirem àquilo que é moralmente bom, mas mesmo assim não seriam mais do que afortunadas, ou seja, dependente de circunstâncias externas. A maximização de premissas fundadas em interesses pessoais ou inclinações naturais não podem possuir valor moral ou serem universalizáveis.

Quando se afirma que uma ação tem valor moral, quer-se dizer que o agente agiu obedientemente à uma lei formulada em uma máxima que pode ser moralmente

universabilizada, sem nenhum tipo de interesse ou inclinação que determinem ou influenciem na realização da ação.

A partir dessa análise sobre ações realizadas por dever ou em conformidade com o dever, Barbara Herman (1993, p. 06) preocupa-se com o que se pode dizer das ações obedientes, aquelas que são feitas por dever, mas também são zelosas, ou seja, quando o indivíduo não possui interesse moral na ação mas também terá mais de um motivo para agir que não somente o dever.

Conforme Herman sinaliza é comum que tenhamos mais de um motivo para agir, tanto que ela considera um fenômeno geral, talvez, segundo Herman, tenhamos até mesmo mais de um motivo que por si só seria suficiente para produzir uma ação particular. Apesar de Kant não discutir explicitamente casos morais, onde uma ação é feita a partir do motivo do dever e de algum outro motivo não real, há uma tradição na leitura kantiana, especialmente o exemplo da simpatia, como sustentando que a mera presença de motivo não moral (a inclinação para ajudar) significa uma falta de valor moral. Nessa leitura, o valor moral de uma ação só se dará se a ação for por dever, sem nenhum outro tipo de motivo ou inclinação.

A chave para esse impasse textual, segundo Herman, está na segunda fase do exemplo da simpatia, pois Kant considera um homem de temperamento simpático que faz o que é certo porque encontra uma satisfação interior, conforme GMS 398, p. 121 como obediente e amável, mas suas ações não possuem valor moral. Na segunda fase do exemplo da simpatia Kant imagina que o simpático tendo passado por uma tristeza não é mais movido pela necessidade de ajudar os outros e afirma que quando alguém não é mais movido por qualquer inclinação ele se isenta da insensibilidade moral e faz a ação sem qualquer inclinação ou interesse senão o dever, então, pela primeira vez a sua ação tem um valor moral genuíno. Herman sinaliza (1993, p. 08) que a teoria moral kantiana é tradicionalmente lida e compreendida a partir dessa perspectiva de que apenas ações feitas exclusivamente pelo dever possuem valor moral, no entanto, se alguém aceita essa generalização então é confrontado com uma interpretação um pouco sombria sobre o valor moral, aponta Herman, ou ainda com a necessidade de rever a doutrina kantiana para incluir motivos não morais em uma exigência menos rigorosa. Herman acha que a generalização extraída de algumas passagens da Fundamentação não é nem óbvia, tampouco necessária, pois há uma compreensão a ser obtida a partir das dificuldades que surgem ao tentar acomodá-la.

Considerações finais: o uso da razão para agir na ética aristotélica e kantiana

Como se pode ver, há muitas diferenças na compreensão ética de Aristóteles e Kant. Enquanto em Aristóteles as disposições para agir são significativas no desenvolvimento da moral, em Kant agir por algum tipo de inclinação é justamente o que não confere valor moral a ações que mesmo que respeitem à lei moral, ocorrem, também, por algum tipo de inclinação natural. Contudo, há um ponto comum entre ambas as teorias: o uso da razão. Para Kant agir racionalmente é agir por dever, agir moralmente bem é agir com base no imperativo categórico e em máximas que sejam universalizáveis, é isso que confere valor moral na teoria kantiana. Já para Aristóteles, ações virtuosas são aquelas onde o agente da ação delibera e escolhe deliberadamente, ou seja, onde o indivíduo reflete e pondera antes de agir, exercendo a sua racionalidade prática.

É evidente que apesar das duas abordagens serem distintas uma da outra e abordarem a moralidade das ações com perspectivas bem distintas, o uso da razão possui uma grande importância em ambas as teorias. Tanto para Aristóteles quanto para Kant agir racionalmente é o que confere valor moral as ações, a razão é fundamental nas suas teorias e é a partir do uso da nossa razão que nos tornaremos indivíduos moralmente bons ou desenvolveremos nossa virtude.

Por fim, é preciso enfatizar que objetivo desse artigo não foi classificar nenhuma abordagem ética, o objetivo foi explicar o que cada filósofo compreende sobre valor moral... sobre o que são ações virtuosas e como elas ocorrem na filosofia aristotélica, também foi investigado como ações feitas por dever e não conforme ao dever possuem valor moral para Kant. Além disso, buscou-se demonstrar que a razão desempenha um papel importante tanto na construção ética aristotélica quanto na construção ética kantiana.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **The complet works of Aristotle** (The Revised Oxford Translation, J. Barnes, ed.). Princeton: Princeton University Press, 1984. 2 vols.

_____. **Ethica Nicomachea** (I. Bywater, ed.). Oxford: Oxford Classical Texts, 1942.

_____. **Política** (D. Ross, ed.). Oxford: Oxford Classical Texts, 1988.

_____. **Nicomachean Ethics**. Tradução de T. Irwin. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1999

HERMAN, B. *The practice of moral judgment*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1993.

HOBUSS, J. **Ética das Virtudes**. 1. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2011. v. 500. 280p .

_____. **Eudaimonia e autossuficiência em Aristóteles**. 2.ed. revista e ampliada. 2. ed. Pelotas - RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2009. v. 300. 170p .

_____. **O que nos define? Aristóteles e a psicologia do agente moral**. *Revista dissertatio de filosofia*, v. 41, p. 305, 2015.

_____. **Virtude e Mediedade em Aristóteles**. Porto Alegre: Tese de Doutorado apresentada na UFRGS. 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**; tradução nova com introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009. Coleção philosophia.

SANTOS, Robinson dos; CHAGAS, Flávia. **Moral e antropologia em Kant**. Passo Fundo: IFIBE, Pelotas, 2012.

SCHÖNECKER, Dieter. WOOD, Allen. **A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório**; tradução Robinson dos Santos, Gerson Neuman. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ZINGANO, M. **Comentários. In: ARISTÓTELES. Ethica Nicomachea I 13 – III 8: Tratado da Virtude Moral**. Tradução de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

WOOD, Allen. **KANT, introdução**; tradução Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2008.